



**ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO
DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO
MUNICÍPIO DE VIANA – IPREVI – BIÊNIO 2025/2027**

Data: 18 de setembro de 2025

Hora de Início: 09h:30m

Local: Sede do IPREVI – Praça Jerônimo Monteiro, Nº. 144 – Viana – ES

Aos 18 de setembro de 2025, reuniu-se o Conselho Deliberativo do IPREVI na sede do Instituto, com a presença dos seguintes membros: **Henrique das Neves Vieira Maximo, Elena Meireles Reco Fernandes, Janaina Barreto da Silva Guedes, Gizelle Aparecida Merlo Santana e Solange Fantin Almeida. Presente o Diretor Presidente Anderson Pezzin Said e Diretora Administrativa Bárbara Cavati Morais.** Verificou-se a existência de quórum para a reunião e deliberação. **1. Abertura.** Presidente iniciou a sessão, agradecendo a presença de todos e declarando aberta a reunião. **2. Leitura da Reunião Anterior:** Os membros deste Conselho deram ciência da ata da reunião anterior, enviada a todos por meio eletrônico. **3. Leitura da Pauta, Discussão, Votação e Deliberação das Medidas Necessárias:** O Diretor Presidente do IPREVI deu ciência aos membros deste Conselho da pauta prevista para a reunião, constante na **CI nº 13/2025**, previamente enviada aos membros **(1. Indicação de um membro do Conselho Deliberativo para o Comitê de Investimentos; 2. Utilização da taxa de administração; 3. Ofício de indicação de membro do Conselho Deliberativo).** **1.** O Presidente do Conselho passou a palavra para o Diretor Presidente do IPREVI que fez explanação sobre a publicação da nova Lei de Reestruturação do IPREVI, Lei Municipal nº 3481/2025, abordando, resumidamente, as alterações promovidas pela nova lei. No tocante ao primeiro ponto da pauta, o Presidente deu a palavra aos membros que tenham interesse em se candidatar como representante do Conselho no Comitê de Investimentos. O Presidente do Conselho, Henrique das Neves Vieira Maximo se candidatou, bem como a membro Gizelle Aparecida Merlo Santana. Feita votação, o membro eleito como primeiro indicado foi Gizelle Aparecida Merlo Santana, por três votos a dois, sendo o segundo indicado Henrique das Neves Vieira Maximo. **2.** Passado ao segundo ponto da pauta, o Presidente do IPREVI abordou a questão da necessidade da construção da nova sede do IPREVI, sendo esse um plano de Governo do Prefeito. Seguiu relatando a dificuldade na gestão com o atual recurso da taxa administrativa, a falta de recursos para a capacitação de servidores, contratação para a implantação do pró-gestão, educação previdenciária, acessibilidade, dentre vários outros materiais e bens essenciais. Que apesar de termos autonomia administrativa e financeira, não temos orçamento. Explicou que apesar da reserva administrativa, não pode ser utilizado mais que 2% da taxa, conforme previsão legal, razão pela qual objetiva elevar a taxa administrativa para 2,3%, conforme o limite máximo possibilitado pela lei. Informou, ainda, que já levou ao conhecimento do Prefeito tal questão, tendo ele anuído com a pretensão de elevação da taxa administrativa para 2,3%. Em contrapartida, em razão do aumento da folha, solicitou a análise da possibilidade da reversão de recursos da reserva administrativa para pagamento de benefícios do fundo financeiro. Acrescido a isso, foi questionado se existe alguma garantia de construção da sede. O Presidente do Iprevi argumentou que a construção do Iprevi consta no plano de governo, sendo esse o compromisso realizado.



O Presidente do Conselho solicitou que fosse registrada a informação do Presidente do IPREVI de que o aumento da taxa administrativa ficaria a cargo do Município, não trazendo qualquer encargo aos servidores. O Diretor Presidente registra, ainda, que se compromete a fazer o estudo atuarial e enviar para o Conselho junto com a minuta da proposta do aumento para 2,3%. Após discussão, todos os membros reconheceram essas realidades do IPREVI, uma vez que acompanham todas elas diariamente. O Presidente do Conselho iniciou a deliberação convocando os membros para votação em relação ao aumento da taxa de administração para 2,3%. Os membros Solange Fantin Almeida, Janaina Barreto da Silva Guedes e Gizelle Aparecida Merlo Santana votaram pela aprovação do aumento da taxa de administração para 2,3%. A Conselheira Elena Meireles Reco Fernandes diverge da votação e registra o seu voto de divergência. Elucida o conceito e a finalidade da taxa de administração, sendo ela um valor destinado ao custeio das despesas da gestão, incluindo pessoal, consultoria e manutenção e pode, conforme a Portaria MTP 1467/2022, ser ajustada e utilizada para compor fundos de reserva. A necessidade de estudos atuariais é fundamental para dimensionar corretamente os compromissos do plano de benefícios e o plano de custeio, garantindo, conforme a referida Portaria, a transparência, solvência, liquidez e, principalmente, o equilíbrio financeiro e atuarial de longo prazo do RPPS, que se torna responsabilidade do ente federativo em caso de desequilíbrio. Considerando isso, antes de qualquer deliberação, entende a Conselheira Elena e registra a necessidade da avaliação atuarial prévia, abordando e analisando todo o cenário do aumento pretendido, com enfrentamento do binômio necessidade X adequação do aumento da taxa, para posterior deliberação. Sendo assim, o aumento da taxa de administração para 2,3% foi aprovado por maioria dos membros, com voto contrário da Conselheira Elena. Com relação à utilização da reserva administrativa para pagamento de benefício do fundo financeiro, o Presidente do Iprevi solicitou que fosse registrado que não existe previsão legal de estudo atuarial para a reversão da taxa de administração. Registra que entrou em contato com o escritório ETTA contratado do IPREVI, tendo eles lhe confirmado que não há estudo atuarial para reversão de taxa. Que de acordo com o art. 84, III, b, da Portaria MTP 1467/2022, os recursos oriundos da taxa de administração, incluindo as sobras de custeio administrativo apuradas ao final de cada período e os rendimentos mensais por eles auferidos, mantidos na reserva administrativa, podem ser objeto de reversão para pagamento dos benefícios do RPPS, desde que aprovada pelo Conselho Deliberativo, vedada a devolução dos recursos ao ente federativo ou aos segurados. Além disso, salienta que a taxa de administração não visa à capitalização de recursos de acordo com a IPC 14, mas sim a gestão de fluxos de caixa de despesas corrente e de capital. Registra que a reversão da reserva administrativa deverá ser ao fundo financeiro, uma vez que a obrigatoriedade da Decisão Normativa do TCEES é apenas a partir de 2026. Após debates acerca da reversão total ou parcial e dos valores, o Presidente do Conselho iniciou a deliberação convocando os membros para votação da reversão da taxa de administração para pagamento de benefício. Os membros Solange Fantin Almeida, Janaina Barreto da Silva Guedes e Gizelle Aparecida Merlo Santana votaram pela aprovação da reversão apenas parcial da reserva da taxa de administração para pagamento de benefícios, no percentual máximo de 80% (oitenta por cento) da reserva atual. Registram que o percentual de 20% que deverá ser mantido de reserva administrativa permanecerá para a despesa de capital.



A Conselheira Elena Meireles Reco Fernandes diverge da votação e registra o seu voto de divergência, tendo em vista a impossibilidade de deliberar a matéria sem qualquer estudo ou documento formal da viabilidade, vantajosidade da medida e seus valores. Além disso, registra que apesar de a Decisão Normativa do TCEES 02/2024 ter efeitos obrigatórios apenas a partir de 2026, está em vigor desde 01/10/2024, sendo a observância da proporcionalidade de participação de cada um na arrecadação da taxa de administração, na reversão, uma orientação já existente e recomendada. **3.** Quanto ao terceiro ponto da pauta, o Conselho deliberou que solicitará ao Prefeito que oficialize a sua escolha entre as duas conselheiras por ele indicadas sob a legislação anterior, conforme previsto na lei nº 3481/2025, que limita a indicação do Executivo a uma única vaga. A Conselheira Janaina pediu a palavra e se manifestou por sua vontade de renúncia do cargo, sendo desnecessária a provocação do Prefeito para escolha. Diante disso, o Conselho delibera pela oficialização do Prefeito acerca da permanência da Conselheira Gizelle e a renúncia da Conselheira Janaina, com votos de agradecimento pelo excelente trabalho por ela prestado. Além disso, foi aventada a hipótese da manutenção da Conselheira Janaina como suplente da Conselheira Gizelle, tendo em vista a atual inexistência de suplente, já que o servidor indicado como suplente não é mais servidor do Município. Após concordância da Conselheira Janaina, tal hipótese será abordada no ofício ao Prefeito. **4. Encerramento:** Não havendo outros assuntos a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. Em seguida, a presente ata foi lavrada, e, após adequada aprovação, será assinada por todos os presentes.

Henrique das Neves Vieira Maximo
Presidente

Elena Meireles Reco Fernandes
Secretária Executiva

Janaina Barreto da Silva Guedes
Conselheira



Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Viana
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Conselho Deliberativo

Gizelle Aparecida Merlo Santana
Conselheira

Solange Fantin Almeida
Conselheira